

O presidente quer ser magistrado

13 JUL 1985

ESTADO DE SÃO PAULO

CARLOS CHAGAS

Ao deputado Ulysses Guimarães, terça-feira, e ao deputado Sérgio Murilo, dois dias depois, o presidente José Sarney repetiu a mesma coisa: pertence ao PMDB, apesar de cristão-novo, não tem a menor intenção de deixar o partido, no qual encerrará a vida pública ao término de seu mandato, mas, em nenhum momento, manifestar-se-á por este ou aquele grupo peemedebista, nos Estados ou no plano nacional. Suas funções de chefe do governo não permitem que evolua na economia interna ou no varejo da legenda, nem que tente lutar por sua unidade através de iniciativas pessoais. Jamais articulará o apoio do Palácio do Planalto a esquerdistas, neo-esquerdistas, liberais, conservadores, ex-autênticos ou quantas outras tendências existam.

Ulysses gostou muito da afirmação. Murilo, nem tanto. O parlamentar pernambucano pretendia arrancar ao menos pequena manifestação pública do presidente em favor do respeito ao resultado das convenções municipais realizadas domingo. O presidente do PMDB, obviamente, não deseja sombras ou influências paralelas intrometendo-se em negócios que julga da exclusiva competência da direção partidária, isto é, dele mesmo.

Sarney discorreu, junto aos dois interlocutores, sobre a importância de se mudar posturas e costumes. Sem citar nomes, lembrou que nos últimos 20 anos, com alguns interregnos, os presidentes da República abandonaram a majestade e a isenção do cargo, não apenas para pedir votos em praça pública, até em eleições municipais, para o seu partido, mas, também, para neles optar por um ou outro grupo. Para indicar imperialmente quem deveria ocupar lugares em diretórios, chefiar a legenda governista e até ser colocado de quarentena.

Os tempos mudaram, ele refletiu, acentuando que a vida partidária

nacional deve seguir curso independente do governo, desligada de tutelas e de inclinações oriundas do poder federal. O que não significa, é lógico, dissociação entre o governo e os partidos que deram origem e o sustentam no Congresso. Deseja, evidentemente, que o PMDB, como maior agremiação política do País, à qual pertence, encontre as melhores soluções e venha a crescer, afirmando-se e ocupando o lugar merecido, de maior responsável pela volta à democracia. Mas repetiria erros do passado se admitisse intervir, seja diante de eleições, seja diante de disputas pela conquista de influência. Espera continuar recebendo o apoio peemedebista, imprescindível, como, de resto, o apoio do PFL, as duas principais forças a formar sua base de ação administrativa e sua base parlamentar. Não exclui o apoio de outras legendas, coisa que

nem precisa ser demonstrada, pois ao menos um de seus ministros é do PDS — Antônio Carlos Magalhães.

"As questões do PMDB devem ser resolvidas no PMDB" — disse o presidente a Ulysses Guimarães e a Sérgio Murilo, como dirá quantas vezes se tornem necessárias a quantos líderes for preciso.

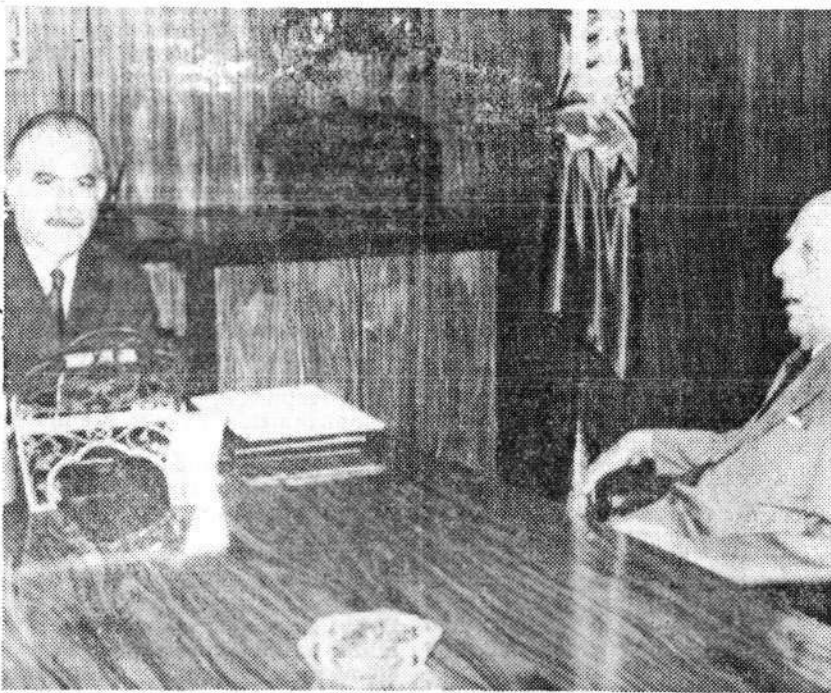
Cauteloso, ele acha natural os confrontos e os conflitos verificados em todo quadro partidário, não apenas no PMDB. Atravessamos um período de reformulação das instituições, de redefinição da própria Nação, e outra prova maior não haverá do que a existência já legal, hoje, de 20 partidos, podendo tornar-se 26 assim que o Tribunal Superior Eleitoral examine todos os processos de pedido de formação de agremiações partidárias. Só as eleições, repetindo-se, armarão o quadro definitivo, e nesse aspecto sua cautela aumen-

ta. Sente que a proliferação de legendas assusta muita gente e dá, até mesmo, a impressão de tumulto, mas outro caminho não há, até que o voto popular faça definições sólidas. Mesmo porque o verdadeiro divisor de águas partidárias ainda está por vir, nas eleições do ano que vem e, especialmente, durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987. Não duvida que os interesses políticos, de grupos, os regionais e até os pessoais, continuarão a pautar o quadro partidário, mas sabe que fatores doutrinários e ideológicos pesarão cada vez mais.

Sarney não pretende intrometer-se nos trabalhos da Constituinte, ainda que o governo, como havia sido decidido por Tancredo Neves, deva encaminhar ao Congresso, como colaboração, o anteprojeto a ser preparado pela comissão constitucional de alto nível. Como colaboração, porém. Sem encampá-lo de nenhuma forma, já que os constituintes serão soberanos e deterão o poder para redesenhar as instituições como bem pretendam. Aliás, outros anteprojetos também serão preparados até 1987, por entidades privadas, centros de estudo e até o Congresso.

De modo pessoal, o presidente não deixa de se referir a disposições existentes em outros países, saudáveis no que se refere à ordenação partidária. Na Alemanha, por exemplo, podem funcionar quantos partidos o desejem, mas só disporão de representação no Parlamento aqueles que atingirem um mínimo de 5% do eleitorado. Seria uma forma de evitar problemas para a função legislativa, ainda que em nada alterasse a liberdade partidária.

Uma frase, ou melhor, mas uma lição de experiência dada por Tancredo Neves, é sempre repetida por Sarney: nos períodos de ebulição, o melhor a fazer é esperar que a poeira assente. Exatamente o que precisa ser feito na hora do aparecimento de mais de 20 legendas e no instante em que os partidos estáveis atravessam dificuldades internas.



Sarney preside o Brasil; Ulysses, o PMDB

Arquivo